

2.6. LAUDO TÉCNICO



A partir desse diagnóstico arqueológico, considera-se que a **área pretendida para a instalação do Residencial Bela Aliança**, não contém registros arqueológicos *in situ* que possam caracterizar patrimônio arqueológico a ser resgatado. Nesse caso, o estudo de arqueologia preventiva é considerado suficiente e encerrado na fase de LP, possibilitando o licenciamento ambiental do empreendimento, pois não se configuram prejuízos ao patrimônio arqueológico, ressalvado o disposto no art. 18 da lei federal 3924/61.

Entretanto, ficam reiterados os termos do art. 18 da lei federal 3924/61, relativo à descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico na fase de implantação do empreendimento. Se for o caso, o empreendedor deverá interromper a obra e comunicar imediatamente o achado ao IPHAN.

Presidente Prudente, dezembro de 2007.

Dra. Neide Barrocá Faccio
Arqueóloga Responsável

